

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

Volume 26 • Number 1
Summer 2018

ISSN 1057-1515

Interdisciplinary

New Perspectives on Luso-tropicalism

Novas Perspetivas sobre o Luso-tropicalismo

Special Issue

Editors: Michel Cahen and
Patrícia Ferraz de Matos

PSR

SPECIAL ISSUE

NEW PERSPECTIVES ON LUSO-TROPICALISM
NOVAS PERSPETIVAS SOBRE O
LUSO-TROPICALISMO



SPECIAL ISSUE EDITORS

MICHEL CAHEN

UNIVERSITÉ DE BORDEAUX, CNRS/SCIENCES PO BORDEAUX,
CASA DE VELÁZQUEZ

PATRÍCIA FERRAZ DE MATOS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, UNIVERSIDADE DE LISBOA

Introdução

Novas perspectivas sobre o luso-tropicalismo

Michel Cahen

Université de Bordeaux, CNRS/Sciences Po Bordeaux, Casa de Velázquez

Patrícia Ferraz de Matos

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

V ALERÁ AINDA A PENA TRABALHAR, como cientistas sociais, sobre o luso-tropicalismo? Será o luso-tropicalismo, neste princípio do século XXI, um caso arrumado? Desde os estudos pioneiros de Florestan Fernandes e do nascimento da moderna sociologia brasileira, baseada em longos inquéritos de terreno, e desde o fortalecimento do movimento negro no Brasil e da concomitante crítica aos “mitos da democracia racial”, são poucos, hoje em dia, os investigadores que reivindicam abertamente o luso-tropicalismo e a obra de Gilberto Freyre, utilizando as suas categorias para as próprias pesquisas e análises, quer no Brasil, quer em Portugal. No entanto, alguns, embora poucos, continuam a corroborar o “mestre de Apipucos”. Mas não é este o problema principal.

Com efeito, o luso-tropicalismo está vivo nos *media* e em certos quadrantes políticos, muitas vezes misturado com a ideologia da lusofonia, mas de modo desigual segundo os distintos territórios da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Paradoxalmente, Portugal é sem dúvida o país onde a herança luso-tropicalista é mais forte, porque as elites políticas (e parte das elites culturais) do ex-“pequeno retângulo metropolitano”, tornado um modesto país sem império e membro da União Europeia, precisam da ideologia da lusofonia, prima do luso-tropicalismo, enquanto espaço de projeção que reforça a importância da nação. Assim, a língua portuguesa é frequentemente apresentada como uma “pátria comum” e a lusofonia é assimilada a uma mera dilatação de lusitanidade. A ineficácia total deste tipo de discurso fora de Portugal – e até o seu carácter inadmissível, em particular para os africanos – não impede a sua sobrevivência, porque os portugueses (e



não só) que assim falam, falam em primeiro lugar para eles próprios, para fortalecer uma certa imagem da nação. Contudo, seria completamente falso dizer que “os portugueses” na atualidade pensam assim. Muitos estão totalmente alheios a este neo-imperialismo, mas não deixa de ser verdade que uma certa tendência luso-tropical fica difusa nos *media*, nas canções, nas escritas jornalísticas ou na literatura. Até nas ciências sociais, a ideia (crença?), fortemente enraizada em certos setores, de que Portugal é um “país semi-periférico” (e não um país fundador do centro capitalista) e, por isso, nunca verdadeiramente imperialista – resumindo a colonização ao regime fascista –, alimentou um certo terceiro-mundismo que a Revolução dos Cravos fortaleceu: não sendo um país do “Centro” (ou do “Norte”), Portugal seria mais perto do “Sul” (e poderia oferecer à União Europeia a sua peritagem sobre África). Afinal, indiretamente, o luso-tropicalismo permanece na cultura nacional portuguesa, que é incapaz de imaginar a nação sem o império.¹

No Brasil, à exceção da opinião de algumas personalidades (como o famoso caso de José Aparecido de Oliveira, embaixador em Lisboa aquando da fundação da CPLP), o luso-tropicalismo, embora se exprima pouco como tal e seja odiado na militância anti-racista, continua a influenciar as tendências primordialistas da narrativa tropicalista “Sul-Sul” e até pan-africanista. O país, ex-colônia de Portugal, esconde que conheceu uma independência sem descolonização, partindo do pressuposto de que está melhor posicionado para entender as necessidades de outros países igualmente “tropicais” e neles vender os seus produtos e tecnologias. Este “sul-sulismo” foi particularmente forte durante a governação do Partido dos Trabalhadores (2003-2016).

Em Cabo Verde, a ideologia da criouldade é, ao mesmo tempo, uma genuína afirmação da originalidade da produção de uma nova identidade oriunda da violência escravagista, mas serve também para nutrir um complexo de superioridade para com a vizinha África continental. Em Angola, o luso-tropicalismo é unanimemente denunciado, porque serviu explicitamente para defender a manutenção da colonização portuguesa no país e foi cedo (1955) desmascarado por Mário de Andrade, fundador do Movimento Popular de Libertação de Angola. Mas isso não impede que, nas elites, a moda es-

¹Veja-se, por exemplo, Patrícia Ferraz de Matos, “Exhibiting the Empire, Imagining the Nation: Representations of the Colonies and the *Overseas Portuguese* in the Great Exhibitions,” in Patrícia Ferraz de Matos, *The Colours of the Empire, Racialized Representations during Portuguese Colonialism* (Nova Iorque & Oxford: Berghahn Books, 2013).

teja na “mulatidade”. Em Macau, o luso-tropicalismo é, surpreendentemente, quase utilizado de modo oficial para fazer da cidade-casino o elo de ligação da China com os países de língua portuguesa. Estes são, pois, alguns exemplos de como estão vivas as tendências luso-tropicais nos “mundos que o português criou”.

Mas há outros aspetos. O surgimento de análises pós-coloniais nutriu algumas confusões dentro das quais o luso-tropicalismo se esgueirou. É o caso do conceito de hibridismo. O luso-tropicalismo não seria a ciência por excelência do hibridismo? De uma certa maneira, pode-se dizer que sim. Mas quando, nas análises póscoloniais, o hibridismo é a manifestação cultural, social e étnica, da resiliência de sociedades subalternizadas e oprimidas, reinventando num contexto compelido outras maneiras de viver, reinterpretando a favor do colonizado ideias e técnicas do colonizador, isto é, quando nessas análises o hibridismo é livre, o luso-tropicalismo tem um sentido único: do preto/africano e do índio rumo ao europeu/branco, e nunca o contrário. Ora nunca se deveria considerar o luso-tropicalismo como uma forma pós-colonial *avant la lettre*. De “pós”, o luso-tropicalismo não tem nada.

Há outras razões que suscitaram a publicação deste dossiê. Por exemplo, embora reconheçamos que a identificação de alguns problemas é antiga, constatamos que vários deles permanecem e a sua análise não está esgotada. Por outro lado, certas articulações estão longe de estar devidamente exploradas. É o caso da que emerge entre religião, multiculturalismo e luso-tropicalismo. Ou ainda da conexão entre criouliidade, nacionalismo (em particular o brasileiro) e luso-tropicalismo. Adicionalmente, este volume pretende ser um contributo para melhor situar e compreender o que foi entendido, e continua a ser, como luso-tropicalismo, tendo em conta as múltiplas formas de que este se pode revestir.

Ao longo do tempo, têm surgido definições (ou tentativas de definição) do luso-tropicalismo em vários locais, desde dicionários, mais ou menos gerais, até obras que o tratam especificamente, coletiva² ou individualmente.³ No caso dos dicionários, as entradas devem ser lidas de um ponto de vista crítico, uma vez que quem é escolhido para as escrever nem sempre revela o

²Dejanirah Couto, Armelle Enders & Yves Léonard, eds., “Lusotropicalisme, idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones,” *Lusotopie* 4 (1997): 195-478.

³Cláudia Castelo, *O modo português de estar no mundo, O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)* (Porto: Afrontamento, 1999).

sentido analítico desejável relativamente ao tema. É o que tem acontecido, precisamente, com o luso-tropicalismo, surgindo por vezes exemplos que apenas continuam a reproduzir uma ideologia colonial (e colonialista), embora dissimuladamente, e não contribuem para uma visão mais global, nem do passado e, conseqüentemente, nem do presente.⁴ Continuar a reproduzir a ideia de que a colonização portuguesa foi diferente e melhor do que outras colonizações não enriquece o presente, nem contribui para a compreensão do passado.

Nas definições de luso-tropicalismo encontramos amiúde associações ao trabalho produzido por Gilberto Freyre. Mas as leituras da sua obra são diversas e podem ser apreendidas de formas ou sentidos diferentes. Todas as definições (e contextualizações) que encontrámos nos parecem incompletas ou incipientes. Assim, tendo em conta o conjunto de textos que aqui reunimos, pretendemos contribuir para uma nova definição (ou definições) de luso-tropicalismo. Este, tanto pode ser utilizado como discurso para descrever o modo como a colonização portuguesa decorreu, como ser apropriado nos mais variados contextos no sentido de justificar a promoção de relações entre indivíduos que falam a mesma língua ou que com ela se identificam, confundindo muitas vezes luso-tropicalismo com lusofonia, lusotopia ou até luso-imaginação; tal pode acontecer em diversas áreas e contextos, inclusivamente os relacionados com negociações entre estados, comerciais, turismo ou património. Tanto nuns casos, como noutros, verificamos que o luso-tropicalismo continua a ser utilizado como elemento estratégico e adaptável, consoante as situações o exijam. Já a sua carga ideológica pode, ou não, permanecer, ou ser mais ou menos visível, e algumas ideias preconcebidas podem surgir, na medida em que se tornem mais ou menos úteis ao contexto. Mas se tal foi frutuoso no passado, por exemplo no contexto da promoção do colonialismo português nos anos 50 e 60 do século XX, como podemos compreender o seu uso recorrente no presente?

A síntese que aqui apresentamos resulta dos conteúdos e argumentos expostos nos artigos deste dossiê. O conjunto foi dividido em três partes que sustentam três diferentes articulações. A primeira parte analisa “As novas fardas do luso-tropicalismo” e inclui quatro artigos. O primeiro (“The Lusotropical Flavor of Modernization”), de Ana Beatriz Ribeiro, argumenta que o

⁴Michel Cahen, “Persistance du lusotropicalisme au XXI^e siècle,” *Lusotopie* 15 (2) : 223-229.

estado brasileiro tem adaptado o luso-tropicalismo como complemento à modernização e se apresenta como um ator emergente no desenvolvimento africano, usando como estudo de caso a cooperação entre os estados brasileiro e moçambicano. O segundo (“Luso-tropical Shadows”), de Victor Miguel Castillo de Macedo, analisa a influência do pensamento de Gilberto Freyre em dois intelectuais responsáveis por fornecer as fundações da política externa brasileira no continente africano, voltando os interesses comerciais e económicos a estar na ordem do dia. O terceiro artigo, de Isabel Morais, contribui para o estudo da situação de “Macau entre a ‘China Tropical’ e a lusofonia a Oriente”, refletindo sobre as representações da lusofonia no contexto contemporâneo de Macau, sob a administração chinesa. A primeira parte encerra com um artigo, de Marcos Cardão, que tem como objectivo analisar como alguns exemplos da cultura pop, nomeadamente a canção e a música pop, procuraram celebrar os Descobrimentos e reinventar o nacionalismo português nos anos 80 do século XX.

A segunda parte, constituída por três artigos, explora as tensões entre “Luso-tropicalismo, religiões e identidades”. Dela faz parte o artigo de Madalina Florescu, cuja análise articula “fotografia, catolicismo e luso-tropicalismo”, trazendo-nos uma nova leitura acerca das diferenças religiosas, através, por exemplo, dos túmulos afro-cristãos. Já o artigo de Kadya Tall analisa “as produções cultu(r)ais do Atlântico Sul visto do Brasil” e fornece-nos instrumentos para o estudo das relações entre a escravidão, a colonização e a Reforma católica nas sociedades sul-americanas. Por seu turno, Melvina Araújo procura contribuir para o estudo das interpretações das religiões no Brasil, articulando estas com o luso-tropicalismo e o multiculturalismo, salientando aspetos como a inserção de elementos religiosos, o sincretismo e a “teologia índia” com elementos multiculturalistas.

Por último, a terceira parte (“Novas perspectivas para problemas antigos”) apresenta um conjunto de quatro artigos. O primeiro, da autoria de Lorenzo Macagno, focado no brasilianista Charles Wagley (1913-1991), retrata a proximidade deste ao antropólogo português Jorge Dias (1907-1973) e a sua viagem de Moçambique à Guiné-Bissau em 1960, no contexto da véspera do despoletar da guerra colonial e da constatação do logro da tese luso-tropicalista. Como veremos no segundo artigo, esse logro não desapareceu, de facto; isto acontece por ser demasiado atraente e poder assim regressar das mais diversas formas, inclusivamente sob a forma de fantasma e de fetiche, como

nos é sugerido por Paulo de Medeiros. O autor propõe-nos, contudo, algumas ferramentas analíticas para lhe oferecer resistência. Ainda hoje assistimos, como demonstra Patrícia Ferraz de Matos, a discursos fundados na ideologia da tolerância racial, ancorada na elaboração luso-tropicalista, por um lado, e ao estabelecimento de hierarquias sociais, fundadas amiúde na questão racial, ou em meros preconceitos, por outro; contudo, as classificações, que foram surgindo ao longo do tempo, em vez de contribuírem para o respeito das diferenças, geram sobretudo situações de desigualdade e limites no acesso a recursos. O último artigo desta parte, de Michel Cahen, traz-nos um contributo para a compreensão da “colonialidade de Gilberto Freyre na colonialidade do Brasil”. Segundo o autor, existe uma dimensão colonial na continuação da expansão brasileira no século XX. Ao criticar o conceito de “colonialismo interno”, pelo seu etnocentrismo, e insistir na ideia de conquista colonial que o Brasil fez, e faz ainda, o artigo acaba por reunir várias dimensões também tratadas nos artigos anteriores, desde a religião, ao pensamento teórico e académico, passando pela mestiçagem e pela questão racial, e pelo posicionamento geopolítico dos países que tiveram ou têm uma relação privilegiada com Portugal. Por estas razões, foi o texto escolhido para encerrar o volume.

No final, esperamos que o leitor disfrute dos diversos contributos, distintos no que respeita aos temas e às áreas geográficas, e possa também pensar em novas definições para o luso-tropicalismo – uma expressão largamente utilizada, transversal a vários contextos, e cuja discussão continua a ser inspiradora, como demonstram os artigos deste dossiê.

Este volume não tem a pretensão de ser exaustivo. Mas, com base no ateliê organizado por Michel Cahen aquando do congresso da *Lusophone Studies Association*, ocorrido em Aracajú (Sergipe, Brasil) entre 28 de junho e 2 de julho de 2017, pretendemos reunir um conjunto de trabalhos que tecesse novas críticas ao luso-tropicalismo e contribuísse para novas perspetivas sobre o mesmo. Assim, este dossiê não se constitui como uma publicação de atas. Nem todas as comunicações apresentadas foram transformadas em artigos, alguns autores mudaram os seus tópicos e todos os artigos foram avaliados e retrabalhados. O resultado podia ter sido um livro, mas a hospitalidade da *Portuguese Studies Review* permitiu uma publicação assaz mais rápida, de divulgação internacional, e esperamos que este debate possa alargar-se no futuro.

VOLUME 26 • NUMBER 1

PORTUGUESE STUDIES REVIEW

SUMMER 2018



ISSN 1057-1515